Recurso nº 90/2003

Data : 5 de Junho de 2003

- Assuntos: - Declaração para memória futura
- Testemunha residente no exterior de Macau
- Periculum in mora

SUMÁRIO

1. A tomada declaração para memória futura é um acto processual que se visa à produção antecipada de prova em termos de depoimentos e declarações prestados em fase anterior para que as mesmas possam ser considerados na audiência de julgamento, tendo em conta a ocorrência das situações previstas na lei.
2. De facto de a testemunha ser residente no exterior de Macau mostra-se não só a “deslocação” para o exterior de Macau, como também que “previsivelmente a impeça de ser ouvida em julgamento”, pois, o seu centro de vida não se estabelece em Macau e nada garante, por meio legalmente previsto, que no futuro a testemunha seja ouvida em audiência de julgamento, nomeadamente por meio previsto no artigo 103º nº 1 e nº 2 do Código de Processo Penal.

O Relator,

Choi Mou Pan

Recurso nº 90/2003

Recorrente: Ministério Público

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

Nos autos de Inquérito nº 2657/2003, o Digno Magistrado do Ministério Público promoveu junto do Mmº Juiz de Instrução Criminal a tomada as declarações para memória futura da testemunha (A), tendo em conta que “a testemunha não é residente nesta RAEM e, atentas as suas declarações, auto de inquirição de fls. 17 e 17 verso, não é previsível que a mesma possa vir a ser ouvida em julgamento”.

Remetidos os autos, o Mmº Juiz de Instrução Criminal decidiu que não proceder à diligência promovida por entender que não foram satisfeitos os requisitos previstos no artigo 253º nº 1 do CPP.

Deste despacho com qual não se conformou, recorreu o Digno Magistrado do Ministério Público, alegando que:

- A tomada de declarações para memória futura, não tem como objectivo “facilitar, ou não, a vida às testemunhas” e seu objectivo é de “prevenir um registo de prova com relevância e força para o futuro”;
- A testemunha não é residente de Macau;

- A testemunha, efectivamente, vai deslocar-se para Hong Kong, ou seja, para o exterior;
- À falta de testemunha, que não seja residente de Macau, a Lei processual não permite penalizar nem diligenciar pela sua comparência na diligência.
- A prova da testemunha em apreço é necessária e fundamental, quer na fase de Inquérito, quer na fase de Instrução, quer na fase de Julgamento.
- É muito mais provável que a mesma não compareça a futuras diligências, bem como à audiência de julgamento.
- “O JIC só indeferirá o pedido de registo para memória futura, em fase de inquérito, caso não se demonstre o risco do depoimento não poder ser prestado em fase ulterior”; “A norma contida no artº 253º do CPPM, assenta, exclusivamente, na ingente necessidade, de prevenir, em certas circunstâncias, um registo de prova com relevância e força para o futuro”.

Conclui, assim, que, atendendo a todo o exposto, às declarações prestadas pela testemunha, ao disposto no nº 1 do artº 253º do CPPM e aos Acórdãos citados, tudo ponderado, não foi bem o Excelentíssimo Juiz de Instrução Criminal, no seu despacho, ora recorrido.

Pede a revogação do despacho recorrido.

O Mmº Juiz *a quo* sustentou o seu despacho; (cfr. fls. 16 a 17).

Nesta Instância a Ilustre Magistrada do Ministério Público foi de parecer que o recurso merece provimento (fl.22 a 25).

Foram colhidos os vistos.

Cumpre-se decidir.

É do seguinte teor o despacho recorrido :

根據證人於檢察院所確認其於司警局所作之聲明，其正處於失業狀況，因此，其說因工作關係而不能隨時請假來澳的理由並不成立，根據澳門《刑事訴訟法典》第二百五十三條第一款規定，只有證人患重病、前往外地或欠缺在澳門居住之許可，而可預見該等情況將阻礙其在審判時作證言者，才可聽取其供未來備忘用之聲明。因此，因恐懼而產生的心理壓力而不欲來澳並不符合有關規定。

最後，根據證人所作的聲明，其女朋友居於澳門，因此，實在令人難以相信其不會再來澳門。

綜合所述，本人否決聽取其供未來備忘用之聲明的建議，因不合法要件。

將卷宗送還給檢察院作適當處理。

(Tradução: Conforme a sua declaração feita na Polícia Judiciária e confirmada no Ministério Público, a testemunha está desempregada, pelo que, é improcedente o fundamento de que a mesma não podia vir a Macau a qualquer tempo por motivo de trabalho. Nos termos do n.º 1 do artigo 253º do Código de Processo Penal de Macau, só se pode

ouvir a declaração para memória futura em caso de doença grave, de deslocação para o exterior ou de falta de autorização de residência em Macau, de uma testemunha, que previsivelmente a impeça de ser ouvida, por isso, a não vinda para Macau devido à pressão psicológica causada pelo medo não corresponde à respectiva disposição.

Por fim, como o que foi dito pela testemunha, a sua namorada reside em Macau, cremos ser realmente inacreditável que a testemunha não voltasse a Macau.

Pelo exposto, indefiro-lhe a promoção de tomar as suas declarações para memória futura por não preencher os requisitos legais.

Remeta-se o processo ao Ministério Público para o efeito tiver por conveniente.)

Compulsados os autos, verifica-se, ainda, que :

- No âmbito do Inquérito n.º 2657/2003 contra “(B)” e outros, por suspeita da prática do crime de “jogo ilícito/usura para jogo”;
- O Magistrado do Ministério Público requereu, ao M.^{mo} Juiz de Instrução Criminal, a tomada de declarações para memória futura da testemunha (A), titular do ID card D49xxxx(0);

- A quem, aquele (B) e outros, tinham, alegadamente, concedido uns empréstimos para jogo no montante total de MOP\$ 212.000,00.
- Perdido todo o dinheiro emprestado, o dito (B) e outros exigiram a devolução de HK\$300.000,00.
- Em declaração no Ministério Público, a testemunha disse que não pretendia vir a Macau para o julgamento.

O objecto do presente recurso é o despacho do M.^{mo} J.I.C., que não procedeu à diligência promovida pelo Ministério Público nos termos do art.º 253.º do C.P.P.M. (cfr. fls. 12).

Dispõe o artigo 253º do Código de Processo Penal:

“1. Em caso de doença grave, de deslocação para o exterior ou de falta de autorização de residência em Macau, de uma testemunha, que previsivelmente a impeça de ser ouvida em julgamento, o juiz de instrução, a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou da parte civil, pode proceder à sua inquirição no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento.

2. ...

... .” (sub. nosso)

Como se sabe, o regime de tomar declarações para memória futura que o Código de Processo Penal institui define um acto processual que visa a produção antecipada de prova em termos de depoimentos e declarações prestados em fase anterior para que as mesmas possam ser consideradas na audiência de julgamento, tendo em conta a ocorrência das situações previstas na lei.

Quanto a questão das “declarações para memória futura” foi várias vezes objecto dos recursos no então Tribunal Superior de Justiça de Macau – vide os Acórdãos de 03.03.99 no Processo n.º 991/99; de 10.03.99 nos Processos n.os 1003/99, 1012/99, 1013/99, 1016/99 e 1017/99; e de 29.09.99 no Processo n.º 1121/99.

E neste TSI no Acórdão de 27 de Abril de 2000 do Processo n.º 68/2000 decidiu-se também que “o Juiz de Instrução Criminal só pode deixar de deferir o registo para memória futura, em fase de inquérito, se não estiver demonstrado o risco do depoimento não poder ser prestado em fase posterior e não por o entender desnecessário ou impertinente”.

In casu, a testemunha em causa é residente em Hong Kong, isto se mostra não só a “deslocação” para o exterior de Macau, como também que “previsivelmente a peça de ser ouvida em julgamento”, pois, o seu centro de vida não se estabelece em Macau e declarou que não pretendia vir a Macau para o julgamento.

Tudo aponta que nada garante que a testemunha seja ouvida em audiência de julgamento, pois não temos qualquer meio legal para impor a testemunha residente em local fora do nosso ordenamento jurídico para

esse efeito, muito menos por meio previsto no artigo 103º n.º 2 do Código de Processo Penal (detenção sob custódia).

Podemos, assim, afirmar que está verificado, *in casu*, o periculum in mora do n.º 1 do art.º 253.º do C.P.P.M, não podendo o Juiz de Instrução Criminal recusar a proceder a diligência promovida pelo Ministério Público.

Pelo exposto, e sem necessidade de mais alongadas considerações, acordam em conceder provimento ao recurso, revogando-se a decisão recorrida que deverá ser substituída por outra que defira o requerido pelo Ministério Público.

Sem custas.

Macau, R.A.E., aos 5 de Junho de 2003

Choi Mou Pan (Relator) – José Maria Dias Azedo – Lai Kin Hong